



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

### **Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento**

#### Entregas/Ações:

Criada a partir da Portaria Nº 142 de 26/06/2007, compete à CPGEEO, de acordo com o art. 9º da Resolução CNJ nº 326/2020, supervisionar o Sistema de Estatística do Poder Judiciário; e, assessorada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, agregar dados estatísticos enviados pelos núcleos de estatística e gestão estratégica dos Tribunais.

Além disso, o art. 2º da Resolução CNJ nº 296/2019 confere à Comissão as seguintes competências: acompanhar periodicamente o desdobramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário; monitorar a gestão estratégica do Judiciário por meio de indicadores e estatísticas; fomentar a troca de experiências entre os tribunais e conselhos; zelar pela precisão do diagnóstico do Poder Judiciário previsto no art. 37, III, da Resolução CNJ nº 67, de março de 2009; acompanhar a execução do orçamento do Poder Judiciário com o auxílio do Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário; e promover a destinação de orçamento necessário à implementação de ações, projetos e programas estratégicos.

Atualmente, é presidida pelo Conselheiro Richard Pae Kim e composta também pelo Conselheiro Márcio Luiz Coelho de Freitas e pela Conselheira Jane Granzoto Torres da Silva.

Com relação às ações realizadas pela CPGEEO, no ano de 2022 ocorreram duas reuniões: a primeira aconteceu no dia 24 de março e tratou sobre a gestão orçamentária dos tribunais e dificuldades enfrentadas pelos mesmos na elaboração e execução do orçamento. Seus encaminhamentos foram os seguintes:

- Será criado um GT destinado a pensar soluções para uma melhor gestão orçamentária dos tribunais. Esse GT será submetido à Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e contará com a participação de todos os órgãos estiveram representados na reunião;
- O DPJ, sob orientação da Comissão Permanente e do GT indicado acima, fará uma pesquisa sobre gestão orçamentária



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

junto aos tribunais. Após a formação do GT, será formalizado pedido de pesquisa junto à SEP com detalhes dos dados dos quais aquele colegiado necessitará.

- Será feito um levantamento de todos os PLs relativos a orçamento dos tribunais atualmente no Congresso, com o detalhamento das situações, a fim de verificar-se o que pode ser aproveitado.
- A Comissão debaterá sobre (a falta de) diálogo na elaboração da LDO.
- Será realizado um levantamento do número de ações relativas aos atrasos no repasse dos duodécimos dos tribunais.

A segunda reunião transcorreu no dia 11 de maio e tratou dos seguintes assuntos:

- o Projeto do Banco Nacional de Precedentes (BNP);
- os desdobramentos da reunião sobre gestão orçamentária no Poder Judiciário, com apresentação da minuta de portaria que institui o grupo de trabalho sobre gestão orçamentária;
- a questão da desburocratização, com minuta de portaria que institui o grupo de trabalho voltado a promover estudos e propor ações que visem desburocratizar procedimentos e rotinas na prestação de atividades finalísticas do Poder Judiciário, e da análise e aprovação (com alterações) da portaria do prêmio CNJ de Qualidade 2022.

A Comissão de Gestão Estratégica realizou, ainda, com o apoio do DGE e/ou do DPJ as seguintes ações e/ou atividades:

- Primeira e a Segunda Reuniões Preparatórias para o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- I Encontro de Gestão Estratégica do Poder Judiciário;
- Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2022;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- Edição da Resolução n. 444/2022, que institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais;
- Edição da Resolução n. 462/2022, que dispõe sobre a gestão de dados e estatística, cria a Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ) e os Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPJ) no âmbito do Poder Judiciários e dá outras providências;
- Edição da Resolução n. 463/2022, que altera a Resolução n. 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.

Ainda por realizar há:

- Formulação, análise e aprovação das propostas de metas nacionais para 2023;
- XVI Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- Entrega do Prêmio CNJ de Qualidade 2022;
- Início do processo de reformulação do Prêmio CNJ de Qualidade para 2023;



Poder Judiciário

## *Conselho Nacional de Justiça*

- Seminários e reuniões da Rede de Pesquisas Judiciárias.